

COMUNICAÇÃO E JUVENTUDE RURAL: ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO SOCIAL.

Juliana Couto Fazio de A. Lira¹

Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida²

Resumo.

O objetivo deste trabalho é analisar a reconfiguração identitária dos jovens rurais como estratégia de inclusão social a partir de uma experiência com os meios de comunicação. O caminho metodológico utilizado volta-se para histórias de vida tópica, pois essas possibilitam uma melhor compreensão das subjetividades do narrador, permitindo nosso acesso ao imaginário em que as representações são elaboradas. Os sujeitos da pesquisa são jovens rurais de uma localidade na Zona da Mata Pernambucana (Brasil) participaram de um curso de formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação, oferecido por uma ONG com o objetivo de proporcionar mudanças sociais e desenvolvimento local na região, porém vimos que a proposta do curso foi reelaborada pelos jovens. A pesquisa sinaliza para o fato de que a reconfiguração identitária operada pelos jovens pode ser entendida como processos individualizados de distinção dentro da ordem social vigente. Este texto faz parte de uma pesquisa maior desenvolvida na Universidade Federal Rural de Pernambuco-Brasil, no âmbito da comunicação e inclusão social.

Palavras chave.

Comunicação; Juventude rural, identidade, inclusão social, reprodução social.

Abstract.

The objective of this study is to analyze the identity reconfiguration of rural youth as a social inclusion strategy from an experience with the media . The methodological approach used turns to topical stories of life , because these allow a better understanding of the subjectivity of the narrator , allowing us to access the imagery in which the representations are developed . The research subjects are rural youth from a location in the Forest Pernambuco (Brazil) Region attended a training course Development Agents of Communication , offered by an NGO (No Governmental Organization) with the aim of providing local development and social change in the region , but we saw that course proposal was reworked by young people . The research points to the fact that the identity reconfiguration operated by young people can be understood as processes of individual distinction within the social order . This text is part of a larger research developed at the Federal Rural University of Pernambuco , Brazil , in communication and social inclusion.

Keywords.

Communication ; Rural youth , identity , social inclusion , social reproduction.

RAZÓN Y PALABRA

Primera Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación

www.razonypalabra.org.mx

R
y
P

Número 88 Diciembre 2014 – febrero 2015

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a reconfiguração identitária dos jovens rurais como estratégia de inclusão social. Essa análise da juventude rural foi pontual, a partir de uma experiência de maior interação com os meios de comunicação, vivida pelos jovens da Região da Bacia do Goitá, Zona da Mata Pernambucana. Eles participaram de um Projeto de Formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação (ADC) promovido por uma ONG que atua na região. A ONG Giral desenvolveu o projeto com o objetivo de promover o protagonismo juvenil. A partir do princípio de “Comunicação como direito humano” a instituição proporcionou, não só uma formação técnica, como também ofereceu oportunidade para que o jovem desenvolvesse competências na luta por direitos. O Projeto de Formar Agentes de Desenvolvimento da Comunicação, desenvolvido em 2008 e 2009, nasceu de uma necessidade identificada pelos coordenadores da ONG Giral (Grupo de informática, comunicação e ação local). Que foi expressa na fala de um deles:

Trabalhamos com comunicação porque é uma temática pouco discutida na região. Nós somos a única instituição que forma jovens e discute a comunicação como direito humano na região. Daí a necessidade de trabalhar com esse tema. É no interior onde os crimes, a perseguição e negação de direitos acontece diariamente. Acreditamos que podemos melhorar essa situação a partir da intervenção consciente e qualitativa dos jovens.

Nesse discurso percebemos o desejo de mudar uma realidade historicamente silenciada, assim, percebemos a compreensão da comunicação como viabilizadora de mudanças sociais, como um direito que possibilita a melhoria das condições de vida. Um dos objetivos do curso era de fortalecer a capacidade criativa, inquietações, conhecimentos e aprendizagens promovendo transformações sociais a partir das tecnologias da informação e comunicação. Para isso, os jovens desenvolviam as atividades em ciclos de aprendizagem de cidadania e oficinas técnicas em impresso, rádio, fotografia e audiovisual. Participavam das aulas semanalmente nos municípios, nos quais atuavam nas rádios comunitárias, mobilizavam a comunidade através de pesquisa, campanhas e debates, além disso elaboravam vídeos e jornais comunitários. A cada encontro semanal (dois por semana) eles compartilhavam suas experiências, trocavam ideias e de volta aos municípios multiplicavam seus novos saberes.

Durante as primeiras conversas e observações, nos interessamos em entender os usos que os jovens deram àquela proposta de formação. Percebemos, então, a relevância que davam à construção de uma autoimagem gestada nas experiências vividas durante o curso de formação de ADC.

Diante disso, a pesquisa encaminhou-se a compreender o significado da identificação do jovem, como ADC. Partimos de uma identificação pré-concebida do jovem rural, com intuito de verificar como esses sujeitos se identificavam. Essa questão faz parte de um processo mais amplo sobre identidade (DUBAR, 2005, 2006), (HALL, 2006, 2009) e (BAUMAN,2005) em que discutimos: identidade para si, identidade para o outro, identidade narrativa, crise das identidades simbólicas e identidade de sujeito. Em seguida tivemos de entender porque a reconfiguração identitária dos jovens poderia ser uma estratégia de inclusão social e assim, mergulhamos nas teorias da inclusão/exclusão (SAWAIA,2009). E por fim, levantamos a possibilidade de que a estratégia de inclusão concebia uma inserção no mundo social sem a pretensão de alterá-lo para que se tornasse mais inclusivo, o que exigiu nossa atenção à teoria de reprodução social (BOURDIEU, 2011).

O desenho da pesquisa foi delimitado pela metodologia de Histórias de Vida Tópica, à luz de Minayo (2008) e Gonzaga(2006). Vimos que esse método possibilita que o narrador fale sobre determinados aspectos de sua vida a partir de um tema sugerido. Segundo Minayo (2008) a História de Vida Tópica “focaliza uma etapa num determinado setor da experiência em questão”. No caso do nosso trabalho a experiência em questão foi a ressignificação que os jovens deram ao curso de formação que fizeram.

Jovens rurais?

Iniciamos nossa explanação a partir da adjetivação da juventude como sendo rural, ou seja, de uma identidade conferida a esses jovens. Se partimos das persistentes imagens

sobre o mundo rural, o veremos como em oposição ao mundo urbano. Isto é, a imagem do campo associada a uma forma natural de vida e ao mesmo tempo de atraso, enquanto que a ideia de cidade é associada à ideia de centro de realizações, de saber, etc. Assim, cairemos nos estereótipos. Para fugir disso, concordamos com Raymond Williams (2011, p. 21) ao afirmar que:

A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.

Então, para compreendermos o que é ser jovem no meio rural hoje em dia, optamos por uma abordagem que relaciona o mundo rural com o global. Através dessa “perspectiva relacional” podemos observar os jovens que vivem numa sociedade em que há relações sociais de interconhecimento e, ao mesmo tempo, sofre as “dinâmicas ‘de fora’, de escala nacional ou global” (CARNEIRO, 2007, p. 57). Acreditamos que isso reflete, não só, na forma de sentir, pensar e agir da juventude, mas também estabelece novas dinâmicas sociais, culturais, econômicas e políticas no mundo rural que começam a configurar um novo rural.

Segundo Del Grossi e Graziano (2002), é possível observar a nova ruralidade através do aumento demográfico no campo, o emprego de novas tecnologias na agricultura e o crescimento de novas atividades não agrícolas, além disso, o campo tornou-se um novo espaço de moradia para muitos “urbanitas”. Maria José Carneiro (2007, p. 54) corrobora com a discussão em torno de “novas ruralidades” quando questiona:

Será que a industrialização da agricultura, a intensificação da comunicação entre o campo e a cidade, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, sobretudo os virtuais, e a ampliação do acesso a esses meios, estariam colocando em xeque a especificidade do rural? Qual o lugar do rural num mundo globalizado, informatizado e televisado? Quais os conceitos e noções que devemos utilizar para compreender e nomear essa nova realidade?

A autora questiona se há uma “nova ruralidade”, mas concorda que há uma “nova realidade” no campo. Dentro desse quadro, Carneiro (2007) propõe uma última questão “ como perceber o lugar da juventude nesse novo contexto?” (p.55)

Esse questionamento nos remete ao artigo “Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.” de Wanderley (2007). Ele é o resultado parcial de uma pesquisa em que a autora traz à tona os desejos dos jovens sobre o lugar que gostariam de viver e a profissão que gostariam de exercer. No artigo, a autora define juventude como um “período de transição entre a infância e a fase adulta” (2007) culturalmente determinado, ou seja, não há limites fixos, pois o fim da juventude pode ser apontado pela gravidez, pela saída da casa paterna, etc., independente de idade.

Dentro da especificidade do mundo rural, a juventude desenvolve sua vida social na comunidade local, “a vida cotidiana dos jovens é fortemente marcada pelas suas relações com a família e com a comunidade local” (WANDERLEY, 2007, p. 24). As formas de organização, estruturação e gerenciamento das famílias são elementos constituintes das identidades desses jovens.

Isso não impede que situemos a juventude, num contexto de glocalidade, pois, como afirma Sousa Santos (2005, p.73) “ao nível dos processos transnacionais, da economia à cultura, o local e o global são cada vez mais os dois lados da mesma moeda ...” Dito de outra forma, dentro de uma ordem social imposta pela globalização, precisamos entender como se processam as relações de força entre o global e o local e a convivialidade dos jovens neste contexto. A partir desse processo “intercultural” (glocal) vivido na cotidianidade tentamos compreender como a experiência com novos saberes de práticas comunicativas ajudaram os jovens a reconfigurar suas identidades. Consideramos interculturalidade e glocalidade no mesmo campo semântico porque entendemos que “glocalidade” evidencia uma “interdependência entre os processos de desenvolvimento globais nos âmbitos cultural, social, econômico e político e nossas vidas cotidianas integradas localmente”(TUFTE, 2010, p. 52). Ou seja, essa interdependência contém uma interculturalidade. Entretanto, não concordamos que isso cause um predomínio de processos globais sobre os locais, no sentido de instaurar um processo homogeneizante e uniformizante. Ao tratarmos a juventude rural na perspectiva da “glocalidade”, voltamos à questão levantada por Carneiro (2007, p.54): “Como perceber o lugar da juventude nesse novo contexto?”

No Brasil os estudos sobre juventude entraram em pauta na discussão acadêmica a partir dos anos 1990. Desde então, muitos autores procuram definir e classificar o que é ser jovem, concomitante a isso, as políticas públicas destinadas a jovens também se preocupam com os limites de entrada na juventude e saída. Sendo assim, apoiam-se no critério etário, adotado por organizações internacionais como Unesco (CASTRO, 2009, p.41) que classifica a juventude como o período da vida que está entre 15 e 24 anos, ou seja, o que estabelece um “limite mínimo de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente, e limites previstos de término de escolarização formal básica (básico, médio e superior)” (CASTRO, et. al. 2009). O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) especifica a classificação da juventude rural como o período de vida que está entre 15 e 29 anos. A ampliação da classificação etária da juventude rural se refere ao julgamento de que o jovem rural demora mais tempo para inserir-se no mercado de trabalho. Essa classificação coloca o jovem numa situação transitória, em que não é mais criança na dependência dos pais, mas também não é adulto, pois ainda não conquistou autonomia. Ou seja, é visto como uma pessoa em formação que é percebida, ao mesmo tempo, como “transformadora” e “inexperiente”.

Segundo Castro (et. al. 2009) essa transitoriedade em que o jovem é classificado gera a invisibilidade da categoria. Isso é agravado pelos estudos que discutem o recorte da categoria juventude a partir de um modelo etário, geracional ou comportamental, pois nenhum deles contempla a capacidade da juventude em “produzir uma cultura própria” (idem, p.43). O desafio que nos é colocado é, justamente, de estudar os processos de identificação de uma categoria socialmente invisível. Na tentativa de superar esse desafio, optamos por uma abordagem sobre juventude que concebe essa categoria como não invisível, ou seja, uma percepção de jovem como ator-social.

Assim, concordamos com a concepção de Martin-Barbero que, em entrevista a Tufte (2010, p.67), reflete sobre a situação do jovem hoje.

A juventude, pela primeira vez na história encontrou um espaço para si mesma na qualidade de ator social, negociando ativamente suas próprias vidas em uma realidade glocal e, ao mesmo tempo, vivendo esta

oportunidade em uma época de mudanças radicais, de transformações globais, mas também de ideologias fragmentadas e ciclos e trajetórias de vida menos fixas.

Esse argumento pode ser fortalecido pela perspectiva de Castro (2007), a qual levanta a possibilidade de se trabalhar juventude como uma “categoria transversal (...) que está imersa nas configurações que envolvem classe social, etnia, gênero (...) mas que se identifica a partir das palavras jovem ou juventude” (CASTRO,2007, p.134). Essa concepção é muito fecunda para discutir o significado de juventude, ou, a identidade dessa “categoria” com o propósito de mudar o enfoque de políticas públicas de juventude, que geralmente trata o jovem como alvo das ações e não como atores.

Para as reflexões deste artigo, partimos da classificação dos jovens como rurais porque, apesar da maioria residir na sede dos municípios, e que de acordo com o “decreto lei de 1938, ainda em vigor toda sede de município ou de distrito é considerada cidade” (CARNEIRO, 2008, p.246), concordamos com José Eli da Veiga (2003) quando afirma que essa definição distorce as dimensões do “Brasil rural”. Por outro lado, interessa-nos a compreensão dos processos de reconfiguração identitária operados pelos jovens que vivenciaram uma determinada experiência com os meios de comunicação.

Identidade.

Segundo Bauman (2005) a ideia de identidade fixa e irrevogável começou a entrar em crise, quando perdeu “as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável...” (p.30) É nesse momento que a identidade começa a ser alvo do olhar dos sociólogos, ou seja, “você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma outra forma” (p.23)

Ainda de acordo Bauman (2005), a questão da identidade adquire mais importância porque os indivíduos passaram a buscar desesperadamente um ‘nós’ a que possa pedir

acesso. Entendemos que esse “pedir acesso” pode significar o desejo de ser incluído, de fazer parte de algo. Neste sentido, podemos inferir que os jovens, na tentativa de sair da “invisibilidade” (CASTRO, 2007) podem reconfigurar suas identidades como forma de inserir-se.

Teóricos como Hall, Dubar, entre outros, têm se debruçado sobre o estudo das identidades e as mudanças desse conceito. Hall (2006) apresenta as mudanças de concepções ao longo da história. O autor distingue três concepções: a identidade do sujeito do iluminismo, que era uma concepção mais existencialista; a identidade do sujeito sociológico, que se refere a uma concepção “interativa” da identidade do “Eu”. Essa ideia é defendida pelos interacionistas simbólicos, que acreditam que a identidade “costura o sujeito à estrutura” (HALL, 2006, p.12). E a identidade do sujeito pós-moderno, que defende a ideia de uma identidade descentrada e não fixa. Assim como Hall, Dubar (2009) também faz uma distinção das diferentes conceptualizações sobre identidade. Ele apresenta três correntes sociológicas que investigam a identidade social. Na perspectiva clássica a identidade social é sinônimo de categoria de pertença objetiva (na maioria dos casos categoria socioprofissional). Segundo, Dubar (2009) afirma que outros teóricos entendem que a identidade social é definida por pertenças múltiplas, como: origem cultural, sexo, moradia, geração, crença religiosa etc. E numa terceira perspectiva, a identidade social surge a partir da “análise das relações ‘subjetivas’ às categorias de identificação” (DUBAR,2009,p.12), ou seja, é preciso analisar os processos de identificação no seio de organizações específicas (idem). Isso nos mostra que o conceito de identidade acompanha a história, ele não é ahistórico.

Neste sentido, estudar identidades hoje significa compreender o contexto histórico da globalização e quais seus impactos nas identidades culturais. A globalização não é apenas um fenômeno econômico, há também as dimensões política, social e cultural. Essas outras dimensões têm revelado a importância das novas tecnologias da informação e da comunicação, como afirma Sousa Santos (2005) as novas tecnologias da informação estruturam um espaço-tempo emergente. Neste sentido, Castells (2008) desenvolve o conceito de sociedade em rede, em que as “Redes constituem a nova

morfologia de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.”(p.497). Esse fenômeno da sociedade em rede foi fortalecido, de certa forma, por um sentimento de abandono, pois é um fenômeno composto por “indivíduos destituídos pelas estruturas de referências ortodoxas” (BAUMAN, 2005, p.31) que passaram a ser “eletronicamente mediados” (p.31). Numa perspectiva menos entusiástica que a de Castells (2008), mas também menos elaborada, Bauman (2005) afirma que, apesar da inegável presença, as “totalidades virtuais” são frágeis e que dificilmente conseguiriam substituir “formas sólidas de convívio social” que garantiam, ou pelo menos supostamente garantiam, o “sentimento do nós”. De acordo com essa perspectiva de Bauman, entendemos que o consenso criado pela “globalização hegemônica” de que a inclusão digital é condição para inclusão social, não deve ser um consenso.

Os efeitos dessa “globalização hegemônica” (SOUSA SANTOS, 2005) não são os mesmos em todos os lugares, como afirma esse autor, os países periféricos não usufruem, da mesma forma que os países ricos, dos benefícios da globalização, e sim de uma exclusão mais acentuada. Nessa perspectiva, a luta pela inclusão torna-se também uma luta por identidades na medida em que “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”(idem, p.75).

Os estudos sobre identidade convergem para o fato de que as estruturas fixas da modernidade (família, Estado-nação, etc) já não são mais centrais, e as transformações no espaço e no tempo (HARVEY, 1993) como, a diminuição de distâncias e simultaneidade de informações, proporcionados pelo avanço tecnológico, alteraram o sistema social, assim como a vida cotidiana, as sociabilidades e, são (espaço e tempo) “também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” (HALL, 2006, p.70). As representações, por sua vez, são o cerne do processo de construção identitária. Assim, estamos vivendo num contexto em que surge uma noção de identidade menos estática e mais desestabilizada.

Tanto Hall quanto Dubar concordam sobre a questão da “desestabilização”, o primeiro nos fala sobre como os “descentramentos” geraram identidades abertas, contraditórias, fragmentadas do sujeito pós-moderno, e Dubar demonstra que a identidade pessoal passou a ser um construto do próprio indivíduo, e não mais uma identidade herdada ou institucionalizada (DUBAR, 2009, p. 143).

Essa identidade construída pelo próprio indivíduo Dubar chama de “identidade narrativa”. Para ele “As questões da identidade são fundamentalmente questões de linguagem (...) identificar-se ou ser identificado não significa só ‘projetar-se sobre’ ou ‘assimilar-se a’, é antes de mais dizer-se através de palavras.”(DUBAR, 2009, p.173). Mais uma vez a perspectiva desse autor converge com o pensamento de Hall que acredita que as identidades são construídas dentro do discurso, pois elas constituem fontes de significado, ou seja, envolve um processo de representação constituído e identificável socialmente (HALL, 2006, p.71). Castells (2008) também corrobora com essa discussão ao afirmar que a identidade constitui fonte de significado, ou seja, é como identifico simbolicamente a finalidade de minha ação. Sendo assim, variam de acordo com a época, o lugar, no “interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.” (HALL, 2006, p.109).

De certa forma, essas leituras revelaram a importância da linguagem, da fala, da expressão, e da comunicação, como o elemento estruturador das identidades, pois ativam os significados dos sistemas culturais. Neste sentido, foi preciso observar que práticas têm possibilitado a “fala” do jovem, seja através de uma expressão artística, através da articulação de grupos de juventude, ou de sua interação com a rede.

Dialética da inclusão/exclusão na permanência do mundo social.

A aprendizagem experiencial faz parte de uma prática social do sujeito que, diferentemente da aprendizagem escolar, se desenvolve ao longo da vida. Assim,

trabalhamos com a hipótese de que os jovens vêm procurando constituir novos espaços de fala, que possibilitem a diminuição da exclusão.

Não seria necessário falarmos de inclusão se a sociedade não fosse excludente. Sendo assim, analisaremos três orientações teóricas sobre exclusão, apresentadas por Leal (2004) no artigo “A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática” que representam diferentes formas de entender a sociedade.

A primeira concepção entende exclusão como “ruptura de laços sociais, associada ou não à negação de certas parcelas da população como semelhantes àquelas incluídas.” (LEAL, 2004). Essa concepção faz uma relação entre a ruptura de laços sociais (de trabalho, de relações comunitárias e familiares) e uma crise nos fundamentos da sociedade (XIBERRAS, 1993). Nessa perspectiva, “os indivíduos excluídos passam a ser vistos pelos demais como não semelhantes, ou seja, não é reconhecida nele qualquer fração de humanidade que faça com que os incluídos (ou grande parte deles) se reconheçam nos excluídos.” (LEAL, 2004). De acordo com essa autora, muitos teóricos encontram a razão disso numa crise geral da sociedade atual, não só dos fundamentos dessa sociedade como também dos valores.

Forreste (apud LEAL, 2004) “não fala de rupturas de laços sociabilidades exteriores ao mundo do trabalho, mas fala do fim do emprego como fator fundamental nas transformações pelas quais as sociedades modernas passam”. Neste sentido, o desemprego tornou-se estrutural e os desempregados não são os excluídos, mas sim a maioria de incluídos num outro padrão. Assim, conclui a autora não se trata de uma crise da sociedade, mas de uma “mutação rumo a uma nova civilização” (2004).

Essa concepção de exclusão não apresenta uma especificidade como, exclusão em relação a que? No caso dos jovens, se por um lado estão entrando no mercado de trabalho, sem conseguir fazê-lo como desejavam, mas sim como é possível de acordo com as possibilidades que aparecem na sua região. Por outro lado, ao ampliarem seu espaço de sociabilidades, sentem-se mais “incluídos”, o que reflete, por exemplo, no

desejo de permanecerem no campo. Neste sentido uma perspectiva mais relacional sobre exclusão ajudaria a compreendermos melhor a realidade observada.

A segunda concepção pode ser chamada de “inserção precária” (LEAL, 2004), ao contrário da anterior, não pensa na exclusão como um sintoma de crise da sociedade moderna, mas sim como “parte de um processo de contradição, uma vez que ela nega a inclusão, ao mesmo tempo em que faz parte dela”. (SAWAIA, apud LEAL, 2004). Então, essa concepção entende a exclusão como parte do funcionamento da sociedade, dito de outra forma, a exclusão é o resultado da dinâmica da globalização. Nesta perspectiva, Demo (apud, LEAL, 2004) afirma que a “exclusão mostra sua funcionalidade ao integrar certos grupos explorando ao máximo seu trabalho”. Com isso é possível inferir que uma parte da população não se integra, ou se integra de forma subordinada ao sistema capitalista, por opção.

A terceira concepção apresentada é a que compreende exclusão social como não cidadania (CARVALHO, 2002), ou seja, é aquela que impede que o indivíduo exerça seus direitos civis, políticos e sociais. Essa compreensão não se opõe às outras, é geralmente um complemento daquelas.

De acordo com Leal (2004, p.13), no Brasil

há uma tendência em tratar a exclusão como problema a ser resolvido pela capacitação dos indivíduos para o exercício de uma cidadania que se supõe formada a priori, sem pensar em transformações estruturais macrossociais.

Assim, dentro das estruturas da sociedade globalizada o problema da exclusão social poderia ser resolvido “dos incluídos para os excluídos” (idem). A partir disso, a autora apresenta três motivos que sustentam essa idéia no Brasil. Primeiro porque a cidadania no Brasil tem sido tratada como concessão e sendo a exclusão social o oposto da cidadania, o problema seria resolvido pela “concessão de direitos reais”; segundo, diz respeito à capacitação dos indivíduos, grupos e comunidades para uma condição considerada ideal; e por fim, refere-se ao pensamento neoliberal para o qual “ a única igualdade a qual todos os indivíduos devem ter direito é a igualdade de oportunidades,

dependendo a sua ascensão, a partir daí de sua própria capacidade de esforço.” (idem) Não sabemos até que ponto essas soluções são capazes de resolver o problema da exclusão social, já que essa tem se mostrado multifacetadas. Além disso, como é possível solucionar os problemas da exclusão sem mudar as estruturas macrossociais?

Neste sentido, a segunda concepção que se refere à exclusão como “inserção precária”, ou seja, que entende a exclusão como decorrência das contradições da sociedade globalizada, parece nos ajudar a entender melhor as estratégias de inclusão dos jovens ADC, pois esses não fazem parte de um movimento ou projeto que luta contra as anomias sociais, ou melhor, não lutam contra as estruturas de reprodução social.

É importante lembrarmos que, de maneira geral, há uma concordância em relação à exclusão como injustiça social. Segundo Sawaia (2009, p.8) a “sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”. Nesta perspectiva a autora concebe o problema da exclusão como uma dialética exclusão/inclusão. Essa concepção dialética ajudará nossa interpretação sobre a reconfiguração identitária dos jovens como estratégia de inclusão social.

De acordo com Sawaia (2009), os estudos sobre identidade na modernidade contemporânea apresentam dois paradoxos. Um é que a identidade não é mais compreendida como metanarrativa, mas também foge da perspectiva relativista que elimina os traços distintivos. O outro, diz respeito ao entendimento de que a identidade serve ao mesmo tempo como argumento de defesa e respeito à alteridade, serve também como proteção ao estranho.

O “estranho” é definido pela autora como o fim das metanarrativas, o enfraquecimento dos eixos identitários rígidos, ou seja, o que Dubar (2006) definiu como a “crise das identidades”. Segundo Sawaia (2009) essa “crise” pode favorecer a autonomia das escolhas, ou pode gerar sofrimentos e a busca de mecanismos defensivos como o fundamentalismo. O problema é que a luta pela diferença acaba transformando as identidades em rótulos gerando uma “obsessão pela diferença”. Isto é, “a relação com a

alteridade e a defesa do direito a diferença transformam-se em luta contra o outro” (SAWAIA, 2009, p.122).

Quando isso ocorre a identidade é entendida como “categoria política e estratégica nas relações de poder” (SOUSA SANTOS 1994 apud SAWAIA, 2009, p.122). Porque ela esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço. (Idem,p.123).

Esse argumento corrobora com nossa hipótese de que o processo de reconfiguração identitária operado pelos jovens pode ser entendido como estratégia de inclusão social. Porém, Sawaia (2009) afirma que é preciso superar esse processo de inversão da identidade em ideologia separatista que privilegia a concepção de identidade dentro das relações de poder e que a “referência à identidade só pode ser usada, quando se supera o seu uso político para discriminar e explorar o outro, quando se reconhece a identidade como igualdade e diferença...” (Idem, p.125) A autora parece querer imprimir um consenso mais harmonioso entre igualdade e diferença na concepção de identidade. No entanto, não nos esclarece como, dentro da concepção dialética exclusão/inclusão, podemos entender o que é igualdade e o que é diferença, já que, de acordo com essa concepção “a identidade exclui e inclui parcelas da população dos direitos de cidadania, sem prejuízo à ordem e harmonia social” (Idem, p.124). Por isso, concordamos que o processo de reconfiguração identitária dos jovens ADC pode ser melhor esclarecido se o lemos na ótica da reprodução social.

Sendo assim, entendemos que o mundo social é formado por um dinamismo interno de estruturas objetivas e estruturas subjetivas. Ele é continuamente mantido pela construção e reconstrução das estruturas (BOURDIEU, 2011).

Para falar-se em reprodução da vida social e com ela dos diferentes mecanismos de dominação-dependência, é preciso considerar o conceito de estratégias de reprodução social desenvolvido por Bourdieu (2011).

Assim, o autor observou que, em diversos contextos, apoiando-se em análises históricas específicas sobre estratégias, diferentes agentes põem em prática estratégias de reprodução através do *conatus* de unidade doméstica, explica o autor: “de fato o mundo social está dotado de um conatus, como diziam os filósofos clássicos - de uma tendência a preservar no ser, de um dinamismo interno inscrito, e assim, nas estruturas objetivas e nas estruturas subjetivas...”(BOURDIEU, 2011, p.31)

A partir dessa concepção, o autor faz um panorama das grandes classes de estratégias de reprodução, porém, admite que não ocorre da mesma forma em todos os lugares, vai depender da “índole do capital que será transmitido e dos mecanismos de reprodução disponíveis” (BOURDIEU,2011, p.35) em cada sociedade.

As estratégias de reprodução estão assim divididas: Estratégias sucessórias; Estratégias educativas, especificamente o caso das “estratégias escolares”; Estratégias de inversão econômica; e Estratégia de inversão simbólica que são ações pelas quais se pretende conservar e aumentar o capital de reconhecimento, propiciando a reprodução dos esquemas de percepção e apreciação (Idem), ou seja, de reprodução do *habitus*. De acordo com Bourdieu (2011,p.37)

as estratégias de reprodução têm por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus* que espontaneamente tendem a reproduzir as condições de sua própria produção.

Interessa-nos aqui conhecer como se processa a construção da identidade social dentro da lógica do *habitus*, pois este, juntamente com o conceito de campo desenvolvidos por Boudieu (2011), permitem a compreensão da relação entre as subjetividades internas e os condicionamentos sociais externos. Foi essa disposição teórica que nos ajudou a compreender as reconfigurações identitárias como estratégia de inclusão.

Dubar (2005) aborda, de forma crítica, a teoria de Bourdieu e, inicialmente, demonstra como o *habitus* é assimilado a uma identidade social. Para isso, Bourdieu opera uma “dupla redução que permita especificar a um só tempo o mecanismo de interiorização das condições objetivas e o mecanismo de exteriorização das disposições subjetivas.”

(DUBAR, 2005,p.90). Dito de outra forma, é reduzir as condições objetivas (posição e trajetória do grupo social de origem) à “posição diferencial” (idem) e, ao mesmo tempo, reduzir a subjetividade à “tendência a perpetuá-la”.

Segundo Dubar (2005) a teoria de Bourdieu permite explicar a reprodução da ordem social, porém não consegue explicar, de forma satisfatória, como se processam as mudanças sociais. Concordamos com Dubar, porém, é justamente pelo fato de Bourdieu elaborar toda uma teoria sobre a reprodução social que o utilizamos neste estudo. Este aparato teórico dirigiu nosso olhar para o fato de que a reconfiguração identitária dos jovens ocorreu na permanência do mundo social.

De acordo com Bourdieu (2011) os indivíduos são caracterizados de dois modos interligados: por propriedades materiais (objetividade de primeira ordem) e por propriedades simbólicas (objetividade de segunda ordem), esta segunda implica as representações que os indivíduos produzem a partir de um conhecimento prático como se manifesta nos estilos de vida (idem). As representações dos indivíduos, por sua vez, forjadas a partir de sua posição no espaço social é produto de um sistema de percepção e de apreciação (*habitus*). Nesta perspectiva, Bourdieu cria o conceito de “capital simbólico” que é “*toda diferencia reconocida, aceptada como legítima y que procura um signo de distinción, manifesto especialmente en los estilos de vida*” (idem, p.26).

Entretanto, o capital simbólico não existe fora da relação entre propriedades distintas e distintivas, e nem fora de um grupo dotado de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõe a reconhecer.

Percurso metodológico.

Diante da subjetividade do problema da pesquisa – reconfiguração identitária dos jovens rurais - decidimos utilizar o método de histórias de vida tópica, pois essas possibilitam uma melhor compreensão das subjetividades do narrador, permitindo nosso acesso ao

imaginário em que as representações são elaboradas. A importância das representações, num estudo sobre identidade, se dá pelo fato de que “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (WOODWARD, 2009, p. 17).

Há quem questione a eficácia do método de histórias de vida utilizado numa pesquisa com jovens, baseando-se no fato de terem poucos anos de vida. Entretanto, Minayo (2008) afirma que essa metodologia compreende dois tipos: a história de vida completa e a história de vida tópica.

Sua principal função é retratar experiências vividas, mas também as definições dadas por pessoas, grupos ou organizações. Pode ser escrita ao verbalizada e compreende os seguintes tipos: a história de vida completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida; e a história de vida tópica, que focaliza uma etapa num determinado setor da experiência em questão. (Idem)

Neste sentido, nossa pesquisa se volta para “história de vida tópica”. Lang (1995 apud GONZAGA 2006) corrobora com essa perspectiva ao afirmar que é preciso fazer uma distinção entre histórias orais de vida, relatos orais de vida e relatos escritos.

O primeiro resulta do fato de que o narrador faz o relato de sua experiência ao longo do tempo. O segundo, dá solicitação para que o narrador faça comentários sobre determinados aspectos de sua vida, a partir de um eixo temático. O terceiro, por sua vez, procura obter dados informativos e atuais do entrevistado sobre sua vida em determinada situação em instituições que se queira estudar. (Idem, p. 79)

Essa abordagem dos “relatos de vida”, tal qual da história de vida tópica, se refere ao aspecto determinado que se pretende investigar, que no caso de nossa pesquisa foi o processo de reconfiguração identitária dos jovens que viveram uma experiência específica a partir de uma maior interação com os meios de comunicação. Esses jovens que permaneceram se identificando como jovens ADC, mesmo após a conclusão do curso de formação de Agentes de Desenvolvimento da Comunicação, são os sujeitos da pesquisa. A coleta dos dados foi através de entrevista semi-estruturada com dez jovens. Segundo Szymansk (2010), a entrevista é um instrumento que permite interação social, traz recortes de experiências, consente o repasse de informações, dando oportunidade ao

narrador de falar e ser ouvido. O roteiro de entrevista foi elaborado de forma que envolvesse gradativamente o entrevistado numa reflexão de si mesmo. Então, começamos com perguntas mais objetivas sobre o cotidiano dos jovens a fim de conhecermos um pouco o seu universo.

Cientes de que o território privado das moradias e dos costumes “compõem um relato de vida” (CERTEAU, 2008, p.204), decidimos só realizar as entrevistas após algumas visitas à região, onde estabelecemos contatos iniciais, conversas informais, troca de emails, a fim de capturar algumas dimensões do cotidiano como o lugar, o vocabulário, o usado, para uma primeira leitura dos costumes daqueles jovens.

Os jovens sujeitos da pesquisa estavam, em 2011, numa faixa etária entre 18 e 23 anos. Alguns trabalhando, e outros trabalhando e estudando. Moram na sede dos municípios, geralmente com os pais, a maioria não recebe mais o bolsa família, pois já terminaram a escola. Todos gostariam de trabalhar na área de comunicação, mas como nem sempre era possível, aceitavam o que aparecia. Costumavam se encontrar nos eventos organizados pelo Giral e nas Casas de Juventude, esses encontros tinham, geralmente, um caráter mais propositivo, já os encontros de lazer, ocorriam, geralmente, nas praças e nas lanchonetes.

Para análise dos dados mergulhamos na disciplina de interpretação de Análise do Discurso. Segundo Pêcheux (1993), um dos fundadores da Análise de Discurso francesa, o discurso estabelece uma relação em ter língua/sujeito/história, ou seja, uma articulação entre o linguístico, o social e o histórico. Para esse autor, a linguagem não é apenas forma linguística, mas também material de ideologia. A “ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação...” (CAREGATO e MUTTI, 2006). Esse sistema de ideias compõe o interdiscurso que, segundo Orlandi (1999, p.33) “... é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas

palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Assim, o interdiscurso será tão importante quanto o que for dito nas narrativas.

Resultados da Pesquisa.

As narrativas dos jovens trouxeram uma infinidade de possibilidades para pesquisa, mas de acordo com nossos objetivos realizamos recortes que enfatizam a variedade de experiências dentro de alguns pontos temáticos. Para os objetivos deste artigo, analisamos as narrativas em que os jovens expõem a importância da fala como elemento estruturador de suas identidades.

Apesar de partirmos da compreensão da identidade conferida de jovens rurais, esse estudo não pretende reiterar essa identidade dos jovens como rurais ou urbanos porque se trata de uma pesquisa sobre os processos de reconfiguração identitária dos jovens, ou seja, investiga como o jovem constrói e reconstrói sua identidade e não como ele é classificado pelo pesquisador, pois concordamos que “a relação entre campo e cidade é não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa...” (WILLIAMS,2011,p.14), vivência que é expressa nas identidades das pessoas. Além disso, nossa compreensão sobre o mundo rural é de um posicionamento que o toma em relação à sociedade globalizada e essa posição relacional tem revelado novas realidades no mundo rural. Nesta perspectiva, quando narram suas concepções sobre a relação rural-urbano, podemos compreender um pouco mais o contexto histórico-social em que os jovens constroem suas trajetórias de vida.

Observamos que a reconfiguração identitária não faz parte de um projeto de mudanças estruturais da sociedade, formador de uma identidade coletiva, mas sim de processos individualizados de distinção. Quando os jovens afirmavam: -“Eu aprendi a falar”, “eu

tenho vez e voz”, eles querem dizer que passaram a falar de forma mais “adequada”, menos infantil, ou ingênua, significa que ampliaram seu vocabulário e sua “visão de mundo” e por isso sentem-se em condições de posicionar-se em outro patamar da hierarquia social. Isso pode ser melhor compreendido através do conceito de “estilo” definido por Bourdieu (2008), em sua obra Economia das trocas linguísticas, como:

(...) uma elaboração especial que tende a conferir ao discurso propriedades distintivas, é um ser percebido que existe apenas em relação com sujeitos perceptores, dotados dessas disposições diacríticas que permitem estabelecer distinções entre maneiras de dizer diferentes, artes de falar distintivas.

Para que a fala seja reconhecida como um elemento de distinção é necessário que existam “sujeitos perceptores” capazes de legitimar a distinção. Sendo assim, destacamos alguns trechos das narrativas dos jovens em que eles sentem-se protagonistas de suas falas.

O jovem entrevistado n. 2 relata uma ocasião em que se sentiu destacado:

Uma vez na escola, eu sei que o certo é cada um trazer o seu material pra escola, eu tava na minha sala e o professor passou uma atividade pra nota e eu não tinha levado o livro e ele mandou todo mundo fazer individual, não só eu mas outros alunos também esqueceram o material. Aí eu fui até a biblioteca e pedi um livro e meus colegas também foram, só que ela (bibliotecária) não quis emprestar o livro, aí eu pedi, novamente o livro com toda educação, aí ela falou que não. Aí eu falei que ela tava errada, a gente também tava, mas se a gente tava ali é por que a gente queria coisa séria, a gente queria estudar e ela não tinha o direito de fechar a porta pra gente quando a gente precisasse, já que a escola é um canto que quer salvar muitas pessoas, que quer abrir caminhos, ela não podia negar o direito da gente, a gente foi procurar o conhecimento e ela negou, só sei que eu fui falar com o diretor e acabei conseguindo o livro não só pra minha turma como na outra também. Aí o pessoal ficou falando: “menino, tais virado!”

Nesse discurso, quando o jovem diz “falei com educação”, ele acredita que falou de forma adequada para que a bibliotecária cedesse ao seu pedido, como ele não obtém o retorno desejado, o jovem muda seu discurso e diz “a gente tá no nosso direito”, ele não fala apenas por si, ele se coloca como “porta-voz” dos estudantes. Isto é, “para que o que seja dito tenha êxito é necessário que a função social do locutor se adéqüe ao discurso que ele pronuncia” (BOURDIEU, 2008, p.89). O rapaz tenta legitimar seu

discurso ao reclamar em nome de uma coletividade, porém o insucesso da segunda investida não o desestimulou e o fez recorrer ao poder hierárquico do diretor. Por fim o reconhecimento dos colegas é a comprovação da distinção do rapaz dentre os demais jovens.

Diferentemente do entrevistado n.2, a jovem entrevistada n. 7 não relata um fato específico em que se sentiu destacada, mas a narrativa sobre seu trabalho revela esse sentimento.

Eu trabalho no Ação Jovem, é um grupo de projeto social. A gente costuma realizar todos os anos a caminhada pela paz, a gente também já fez alguns seminários para juventude “Juventude formando juventude”, e essas questões mesmo de movimentos sociais de sensibilizar a população... Eu acho que você fazer parte de movimentos sociais, fazer parte de projetos sociais, ser coordenadora de um grupo social, eu acho que isso sim é que é construir uma raiz de cidadania.

Segundo Orlandi (1999:64) “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos.”

De uma maneira geral, os jovens expressam mudança de comportamento geradora de valorização pessoal, cujo elemento desencadeante foi a “fala”, essa por sua vez, não pode ser entendida fora de suas condições sociais. Neste sentido

A competência suficiente para produzir frases suscetíveis de serem compreendidas pode ser inteiramente insuficiente para produzir frases suscetíveis de serem escutadas, frases aptas a serem reconhecidas como admissíveis em quaisquer situações nas quais se pode falar. Também neste caso a aceitabilidade social não se reduz apenas à gramaticalidade. Os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se vêem condenados ao silêncio. Por conseguinte, o que é raro não é a capacidade de falar, inscrita no patrimônio biológico, universal e, portanto, não distintiva, mas sim a competência necessária para falar a língua legítima que, por depender do patrimônio social, retraduz distinções sociais na lógica propriamente simbólica dos desvios diferenciais ou, numa palavra, a distinção. (BOURDIEU, 2008, p.42)

A longa citação de Bourdieu (2008) se faz necessária porque fundamenta toda nossa compreensão sobre a diferença entre a fala enquanto capacidade inerente ao ser humano e a fala enquanto elemento de distinção. Esta perspectiva possibilitou que

entendêsemos o que significou de fato, para os jovens, tornarem-se ADC e como isso engendrou reconfigurações identitárias capazes de proporcionar uma maior inserção social desses rapazes e moças.

Os relatos de vida sobre a experiência de ser ADC mostraram como os processos de reconfiguração identitária dos jovens os ajudou a construir uma “identidade narrativa” em que identificar-se ou ser identificado é antes de tudo “dizer-se através de palavras” (DUBAR,2009). Ou seja, não houve a formação de uma identidade coletiva, pois as mudanças de comportamento que os jovens relatam não têm uma dimensão coletiva que implique em movimentos sociais na luta por direitos, como por exemplo, o combate a práticas antidialógicas que segundo a ONG Giral é um problema na Região. De acordo com os depoimentos observamos que os processos de reconfiguração identitária podem ser entendidos como processos de distinção dentro das relações sociais de interconhecimento.

Considerações finais.

Esse dispositivo teórico nos permitiu construir um ponto de vista sobre a realidade observada. Verificamos que os relatos dos jovens ADCs estão repletos de colocações sobre a importância da fala dentro de uma sociedade estruturada no silêncio. Assim, a pesquisa aponta também para o fato de que a reconfiguração identitária operada pelos jovens, ou seja, o definir-se como jovem ADC e não como jovem rural, pode ser entendida como processos individualizados de distinção (BOURDIEU, 2008) dentro da ordem social vigente. A reconfiguração identitária como processo de distinção tornou-se uma estratégia de inclusão na medida em que os jovens perceberam que a capacidade de falar não é só uma característica inerente ao ser humano, mas sobretudo, uma “competência necessária para falar a língua legítima” (p.42). Assim, uma das interpretações possíveis desse estudo nos levou a compreender que a “fala” foi o mecanismo que possibilitou uma inclusão no mundo adulto dentro das relações de interconhecimento, porém, não significou uma garantia da cidadania, nem possibilitou uma inclusão através da transformação social.

Por fim, a reconfiguração identitária operada pelos jovens rurais não nos parece lutar contra a globalização, mas sim contra a exclusão que ela provoca. Percebemos que os jovens não se agarram em metanarrativas de transformação social, mas antes a uma vontade de se incluir e de ter acesso a bens e serviços de qualidade e permanecer com dignidade em seu território. Neste sentido, a reconfiguração identitária dos jovens rurais pode ser entendida como uma estratégia de inclusão social.

R
y
P

REFERÊNCIAS.

BAUMAN, Zygmunt. (2005) . **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar.

BOURDIEU, Pierre. (2011). **Las estrategias de La reproducción social.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

BOURDIEU, Pierre. (2008). **A economia das trocas linguísticas:** O que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. (1999). **A dominação masculina.** Portugal: Celta Editora.

CARNEIRO, Maria José. (2007) **Juventude e novas mentalidades no cenário rural.** In: CASTRO, Elisa Guaraná; Carneiro, Maria José (orgs.) Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X.

CARNEIRO, Maria José. (1998). **Ruralidade: novas identidades em construção.** In: Estudos, sociedade e agricultura. “O novo mundo rural, sustentabilidade e globalização.” Rio de Janeiro, UFRJ, n. 11, outubro.

CARVALHO, José Murilo de. (2002). **Cidadania do Brasil – O longo caminho.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

CASTELLS, Manuel. (2008). **O poder da identidade.** Editora Paz e Terra, São Paulo, V. 2.

CASTRO, Elisa Guaraná e CARNEIRO, Maria José. (2007) **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X.

CASTRO, Elisa Guaraná e CARNEIRO, Maria José. (2009). **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, EDUR.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO, José da Silva.(2002). **O novo rural, uma abordagem ilustrada.** Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná.

DUBAR, Claude. (2006). **A crise das identidades – a interpretação de uma mutação.** Edições Aforamento. Porto.

DUBAR, Claude. (2005). **A socialização:** Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001). **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

GONZAGA, Amarildo Menezes. (2006). **A pesquisa em educação:** um desenho metodológico centrado na abordagem qualitativa. In: PIMENTA, Selma; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia (orgs). Pesquisa em educação – Alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, David. (1993). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

HALL, Stuart. (2009). **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da.(org) *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

HALL, Stuart. (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro:DPeA.

LEAL, Giuliana Franco. **A noção de exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para intervenção prática**. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Minas Gerais, setembro de 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2008). **O desafio de conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** In: CASSIA-BAVA, VERONIKA, P. SPINK, P.(org.), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. 336p.

SAWAIA, Bader. (2009). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ:Vozes.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. (org.). (2005). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.), ALMEIDA, Laurinda Ramalho e BRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. (2010). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro Editora, 3ª ed.

TUFTE, Thomas. *Juventude, comunicação e mudança social: negociação, navegação e narração da vida de jovens em uma realidade glocal*. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, V.33, N.2, P. 51-69, jul/dez. 2010. Disponível em WWW.revcom2.portcom.org.br. Acessado em 09/07/2011.

WILLIAMS, Raymond. (2011). **O campo e a cidade : na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras.

WOODWARD, Kathryn. (2009). **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Thomas Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

XIBERRAS, M. (1993). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

Sites:

WWW.giral.org.br

¹ Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE. Professora da Prefeitura da cidade do Recife. Email: julianacouto77@gmail.com.

² Doutora em História Social pela USP, Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra – PT. Professora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Email: ataide@hotlink.com.br.

R
y
P